



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

GT MATRIZ ENERGÉTICA PARA O DESENVOLVIMENTO COM EQUIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Brasília, novembro de 2009.

RELATÓRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Conselheiros:

Antoninho Trevisan
Antônio Neto (relator)
Arildo Mota Lopes
Artur Henrique (Coordenador)
Bruno Ribeiro
Clemente Ganz Lúcio
Danilo Pereira da Silva
Humberto Eustáquio Mota
Jackson Schneider
João Batista Inocentini
João Bosco Borba
João Elisio Ferraz de Campos
José Antônio Moroni
José Carlos Bumlai
José Lopez Feijóo
Joseph Couri
Laerte Teixeira da Costa
Lincoln Fernandes

Manoel José Dos Santos (De Serra)
Marcos Jank
Maurílio Biagi Filho
Murillo de Aragão
Nair Goulart
Nelson José Côrtes da Silveira
Oded Grajew
Paulo Godoy
Paulo Simão (relator)
Paulo Skaf
Paulo Speller (relator)
Paulo Tigre
Paulo Vellinho
Ricardo Patah
Rodrigo Loures
Rozani Holler
Sônia Regina Hess de Souza

Índice

Considerações iniciais sobre o diálogo social no GT Matriz Energética.....	3
Introdução.....	4
Recomendações e sugestões.....	7
Sustentabilidade, educação, cultura e ciência e tecnologia.....	7
Cidades e Construções Sustentáveis.....	8
Economia Verde e Empregos Verdes.....	10
Políticas para a Sustentabilidade e Eficiência Energética.....	12
Ampliação da participação da sociedade civil nos debates e fóruns sobre sustentabilidade, energia e mudança do clima.....	13

I. Considerações iniciais sobre o diálogo social no GT Matriz Energética

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República, vem dialogando e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, compreendendo-o como uma missão estratégica compartilhada entre o governo e a sociedade civil. O diálogo plural entre perspectivas distintas no qual interagem interesses, opiniões e posições legítimas de diferentes setores da sociedade brasileira é o método essencial do CDES para que cada um dos temas seja apreciado e avaliado em suas múltiplas dimensões visando à construção dos consensos possíveis.

Este primeiro relatório do Grupo de Trabalho Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental é mais uma expressão dos resultados do diálogo plural, democrático e efetivo do CDES, cujo objetivo foi assim definido: “aprofundar o debate do CDES sobre a matriz energética focalizando as reflexões e proposições sobre a oferta e demanda de energia renovável e não renovável, alicerçado em novo padrão de desenvolvimento que busque o equilíbrio entre segurança alimentar, segurança energética e segurança hídrica e, contribua para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e para o bem estar da população brasileira”.

Para alcançar o mencionado objetivo, os conselheiros entenderam que o eixo das discussões do Grupo de Trabalho não deveria ficar restrito às questões relacionadas com a oferta de energia. Deveria ressaltar também a demanda de energia com discussões sobre aspectos vinculados à mudança dos padrões de consumo e eficiência energética, entre outros assuntos relevantes para o desenvolvimento com equidade, como a articulação da produção de energia com o trabalho verde (*green job*) e a sustentabilidade nas dimensões cultural, social, econômica, ambiental e política.

O debate e as proposições do GT deveriam ser orientados, portanto, para uma reflexão ampla sobre o modelo atual de produção, distribuição e consumo em um novo padrão de desenvolvimento no qual sejam priorizados, simultaneamente, redução do desperdício e conservação de energia e a crescente incorporação de energia limpa e renovável, sem perder a oportunidade de realizar uma virtuosa exploração e produção do petróleo já existente e aquela que vier a ser extraída da camada do pré-sal.

Durante seis meses de atividades, no período compreendido entre 19 de fevereiro e 20 de agosto de 2009, foram realizados diversos colóquios e reuniões envolvendo ministros e secretários nacionais e estaduais, pesquisadores e técnicos de renome nacional e internacional, empresários, sindicalistas, representantes de organizações da sociedade civil e dirigentes de empresas públicas, mobilizando mais de 600 pessoas qualificadas em debates sobre o tema da sustentabilidade e da eficiência energética. Por meio do diálogo e do intercâmbio de conhecimentos, idéias e propostas variadas, os conselheiros acumularam informações suficientes para elaborar um primeiro relatório contendo recomendações para o Governo e sugestões para o conjunto da sociedade brasileira.

As atividades deste Grupo de Trabalho não se encerram com a elaboração deste relatório. O GT está debatendo as questões envolvidas com o pré-sal em parceria com o Grupo de Trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento e participando do processo de preparação do CDES para a Segunda Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – União Européia que será realizada em Brasília no mês de janeiro de 2010. Naquela oportunidade será debatido o tema Convenções do Clima e Matriz Energética Mundial com representantes do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) e elaborado uma Declaração conjunta, que será submetida aos respectivos chefes de governo, no âmbito do Acordo Quadro da Parceria Estratégica Brasil – União Européia.

A partir de fevereiro de 2010 estarão na agenda de debates do GT os temas: energia nuclear, matriz de transportes, renovação de concessões de hidrelétricas, política tarifária de energia, integração energética sul-americana e papel do Estado na política energética.

II. Introdução

O Brasil construiu ao longo de sua história uma matriz energética com elevada participação de energias renováveis (45,9% em 2007), principalmente se compararmos com a qualidade da matriz energética mundial (12,9% de energias renováveis) e de apenas 6% nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A maior parcela das emissões de gases de efeito estufa dos países ricos (maiores emissores de CO₂) provém do uso intensivo de energia e combustíveis de fontes não renováveis representadas pelo consumo de petróleo, carvão e gás. No Brasil cerca de 75% das emissões de gases de efeito estufa é proveniente das queimadas e destruição de nossas florestas, motivo pelo qual o Plano Nacional de Mudanças Climáticas prevê redução de 80% do desmatamento até 2020, como uma das contribuições do país para a redução do aquecimento global.

Interessa ao Brasil manter uma liderança mundial em energias renováveis e, neste sentido, a eficiência energética é tema fundamental. Essa liderança pode e deve ser ampliada, mesmo com aumento do consumo de energéticos induzido pelo crescimento econômico, pelo aumento de consumidores decorrente da melhora da distribuição de renda e pela política de universalização do acesso à energia elétrica em todas as regiões do país.

O Brasil se tornou um país urbano e industrializado desde as últimas décadas do século passado, mas ainda é caracterizado por profundas desigualdades econômicas, regionais e sociais. Atualmente, possui mais de 190 milhões de habitantes, porém, cerca de 5,5 milhões de famílias não dispõem de geladeira. Ou seja, aproximadamente 20 milhões de brasileiros não dispõem de meios para conservar alimentos e bebidas. Para assegurar a melhoria das condições de vida dos mais pobres é imprescindível o acesso à energia e aos bens de consumo durável (geladeiras, rádios, televisores, tanquinhos etc) que ampliam o consumo de energia e já fazem parte do cotidiano da maioria dos brasileiros.

Eficiência energética envolve a oferta e demanda de energia. Pelo lado da oferta pode ser alcançada na geração (repotenciação de usinas hidrelétricas

antigas, maior utilização da cogeração¹ e efficientização do ciclo das usinas termelétricas em operação), nas linhas de transmissão e na distribuição (por meio da substituição dos atuais transformadores por outros mais novos, mais eficientes e menos poluidores), por melhor desempenho de veículos, ampliação do transporte ferroviário e hidroviário e, ainda, pelo aumento da oferta de transportes coletivos urbanos que propiciem menor uso de automóveis nas cidades brasileiras. Do lado do consumo, maior eficiência pode ser obtida na indústria (sobretudo nas indústrias eletrointensivas como alumínio, pastas e papel, siderurgia, ferroligas, petroquímica, soda-cloro, cimento, pelletização e cobre), nas residências (substituição de geladeiras, fogões, ar-condicionado, lâmpadas incandescentes, chuveiro elétrico), no setor público, no comércio, na agropecuária e no setor de serviços.

Tendo em vista o enfrentamento do crescimento da demanda de energia (eletricidade e combustíveis) em todos os setores da economia e da sociedade brasileira, recomendamos que a política pública de eficiência energética seja percebida como uma política prioritária voltada para reduzir os custos da produção, transmissão e distribuição de energia, para reduzir o desperdício no consumo de energia e de combustíveis e contribuir para aumentar a competitividade das empresas brasileiras.

O apagão de 2001 marca uma tendência a ampliar a oferta de usinas termelétricas movidas a óleo no Brasil, que custam mais caro e emitem muito mais gases de efeito estufa que as usinas hidrelétricas. Ademais, as dificuldades para obter o licenciamento ambiental de novas usinas hidrelétricas têm influenciado a expansão de usinas térmicas nos últimos anos e, também, direcionado o debate e a decisão de política energética para o emprego de novas fontes de energia limpa e renovável tais como a energia da biomassa (cana-de-açúcar e lenha), eólica e solar, principalmente como complemento da oferta de energia no país. No que diz respeito ao consumo de combustíveis, o uso de etanol em carros de passeio já superou a utilização da gasolina no Brasil e o Governo passou a incentivar a mistura de biodiesel ao óleo diesel, sendo estabelecido o aumento do percentual de 4% para 5% a partir do início de 2010.

Por conta desses fatores e, mais recentemente, pela descoberta de abundantes jazidas de petróleo na camada do pré-sal, diferentes setores da sociedade brasileira começaram a acender uma luz amarela no que tange a possibilidade de sujarmos nossa matriz energética e ampliarmos nossas emissões de CO₂². Esse debate tem sido enfrentado em diversos grupos de trabalho no CDES. Gradativamente se fortalece o consenso de que é possível e desejável superar a contradição do Brasil se tornar um grande produtor e exportador de derivados de petróleo e, simultaneamente, manter as vantagens competitivas de possuir uma matriz energética mais limpa e renovável, num

¹ No Brasil a cogeração representa cerca de 6% da matriz energética, enquanto a média mundial é superior a 20%, com destaque para Dinamarca, Holanda, Finlândia, Rússia e Alemanha. Há um grande potencial de cogeração no país a ser explorado na indústria (sucroalcooleira, papel e celulose, metalurgia, petróleo e química).

² Sob um ponto de vista alternativo, acredita-se que as reservas de petróleo do pré-sal podem até mesmo representar uma diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Isso porque o óleo do pré-sal, de melhor qualidade, deslocaria do mercado o óleo de pior qualidade e que emite mais CO₂, como o petróleo proveniente das areias betuminosas de Alberta no Canadá, que é caro e de baixa qualidade.

cenário de mobilização mundial para redução da emissão de gases de efeito estufa e de mitigação dos efeitos do aquecimento global.

Coerentes com o princípio da indissociabilidade entre a segurança energética, a segurança ambiental e a segurança alimentar, e com o objetivo da sustentabilidade econômica, social e ambiental, defendemos que a produção e a exploração do pré-sal são importantes para o desenvolvimento econômico e social do país. Defendemos, simultaneamente, que o percentual de participação das energias renováveis em nossa matriz energética deve ser mantido ou mesmo ampliado. Portanto, este relatório contém recomendações no que diz respeito a usar parcela dos recursos do pré-sal para a eficiência energética e para o desenvolvimento de pesquisa e inovação nas energias renováveis, incluindo o biodiesel e o etanol de segunda e terceira geração. Também alertamos para que a produção de alimentos e agroenergéticos leve em conta um melhor emprego dos nossos recursos naturais e não avance para biomas sensíveis, razão pela qual reconhecemos os benefícios advindos do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, ao mesmo tempo em que reivindicamos a adoção desse modelo de zoneamento e do zoneamento ecológico e econômico para outras culturas e para a pecuária.

A sustentabilidade deve preceder e presidir nossos estudos, análises e recomendações apontou para o debate da implantação e disseminação de espaços educadores sustentáveis e consolidamos a compreensão de que a priorização da eficiência energética e a introdução de novas fontes limpas e renováveis exigem mudanças culturais profundas no seio da sociedade brasileira, bem como na concepção e formação dos profissionais que gerenciam e executam projetos nessas áreas.

Também foram focados novos padrões de construções e de cidades sustentáveis pensando na melhoria da qualidade de vida da nossa população urbana e na redução das emissões de CO₂ nas cidades brasileiras, assim como no aumento da eficiência energética e na melhoria do uso da água nas residências e edificações públicas e privadas. Consideramos essencial mudar radicalmente o nosso modelo de mobilidade incentivando o transporte coletivo (metrô, ônibus, corredores de transporte) e a ampliação de ciclovias. Acreditamos e defendemos que a organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 deve ser aproveitada como uma oportunidade singular para melhorar substantivamente a mobilidade urbana, e que deve servir como um legado e referencial para a transformação das nossas cidades, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos residentes e para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Um modelo de desenvolvimento com equidade e responsabilidade socioambiental tem potencial significativo para ensejar um leque de oportunidades para constituição de uma economia verde com novos produtos, novos processos (de produção, distribuição, comercialização, consumo, gestão, monitoramento e avaliação) e novos materiais ensejando no seu bojo a criação de empregos verdes e de novas fontes de renda. Neste sentido, elaboramos recomendações envolvendo o setor público e privado.

Visando propiciar sustentação política à mudança de paradigma no campo da sustentabilidade e da eficiência energética elencamos sugestões voltadas a fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão do setor público e buscar

maior envolvimento e compromisso do setor privado e de todos os segmentos da sociedade brasileira. É necessário reforçar a seguinte premissa que deve nortear o planejamento energético brasileiro: a energia representa um bem público e deve estar a serviço da coletividade, com custo razoável, a fim de não se tornar um empecilho ou um fator que dificulte o nosso desenvolvimento, buscando constantemente a eficiência energética e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais como preceitos empíricos dos nossos programas e projetos. Para o investidor deve-se, contudo, garantir os equilíbrios econômico-financeiros dos contratos, implicando, inclusive, no pleno aproveitamento do potencial de preço e retorno ao investimento prudentemente necessário, sem descuidar do princípio da modicidade tarifária.

III. Recomendações e Sugestões

A) Sustentabilidade, educação, cultura e ciência e tecnologia:

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas prevê a implementação de programas de espaços educadores sustentáveis via readequação de prédios e de gestão, bem como investimento na formação de professores e inserção dessa temática nos currículos escolares. Espaços educadores sustentáveis são aqueles que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Assim, para que a educação ambiental seja efetiva e contribua para a mitigação dos efeitos das mudanças do clima e a formação de uma nova cidadania, foi consenso nas discussões entre os conselheiros que as instituições de ensino sejam incubadoras de mudanças concretas na realidade social articulando três eixos: edificações, gestão e currículo.

O Plano Nacional de Energia prevê que a energia conservada corresponderá a 10% da matriz elétrica brasileira até o ano de 2030, o que equivale a, aproximadamente, 23,2 mil MW. Ao considerarmos também o tema da sustentabilidade ambiental, social e econômica evidenciou-se a necessidade e urgência de acelerar investimentos em ciência, tecnologia e inovação voltados para eficiência energética e novas fontes de energia renováveis, inclusive com a aplicação de recursos financeiros e tecnológicos provenientes da produção, exploração e transporte do petróleo do pré-sal.

1. Criar espaços educacionais sustentáveis que abordem a interação humana, o uso racional dos recursos e o consumo sustentável, dentre outros aspectos;
2. Introduzir conteúdos programáticos e/ou disciplinas acadêmicas relativos à eficiência energética e construções sustentáveis nos currículos dos cursos de Engenharia e Arquitetura, assim como nos cursos superiores, técnicos e profissionalizantes em áreas correlatas;
3. Incorporar os princípios e conceitos de sustentabilidade, educação ambiental e de eficiência energética no processo de formação discente e docente em todos os níveis de ensino;

4. Criar sistema de formação e capacitação de profissionais aptos a gerir processos de transição de sistemas centralizados para sistemas descentralizados de produção, distribuição e consumo de energia, bem como promover a produção e uso de energias limpas e renováveis;
5. Promover a mudança cultural da cidadania brasileira visando eficiência na utilização da energia e diminuição da intensidade energética com foco na preservação dos recursos naturais;
6. Fortalecer a pesquisa e a inovação tecnológica em processos de eficiência energética, construções sustentáveis, transporte coletivo urbano, produção de energias sustentáveis e reciclagem de resíduos sólidos e efluentes, novos materiais e processos e modernização da infraestrutura logística e de transportes de cargas e de pessoas etc;
7. Ampliar as pesquisas e o incentivo à inovação tecnológica na geração, transmissão, distribuição e consumo de energia, bem como na produção de combustíveis limpos e renováveis;
8. Incentivar a iniciativa privada e as empresas públicas a ampliar a inovação nas áreas de eficiência energética e construções sustentáveis, no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo;
9. Criar instrumentos para fortalecer o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de diminuição da intensidade energética, bem como estudos de novas fontes de energia com os respectivos instrumentos de mensuração do balanço energético;
10. Empregar recursos financeiros do pré-sal para investimentos massivos em educação, ciência e tecnologia para eficiência energética nas áreas de energia e transporte e na incorporação de novas fontes de energia limpa e renovável visando ampliar e consolidar a liderança mundial do Brasil na produção e consumo de energias renováveis;

B) Cidades e Construções Sustentáveis:

As cidades e as construções habitacionais possuem elevado potencial para a promoção da eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa. Nesse sentido, formamos o consenso sobre a urgência e relevância de se adotar novo modelo de cidades sustentáveis no Brasil, ancorado em sistema de transporte público de massa privilegiando metrô, veículos leves sobre trilhos e ciclovias em substituição ao uso do transporte individual, que dificulta a mobilidade em nossas grandes e médias cidades. Concluimos que a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 deve ser encarada, também, como uma oportunidade de construir um legado para a população residente nas cidades sedes se beneficiar de um modelo de mobilidade urbana mais humano e mais sustentável.

Com relação às construções habitacionais constatamos que a incorporação de práticas de sustentabilidade é uma tendência crescente no mercado, sobretudo nos empreendimentos voltados para as classes de poder aquisitivo mais elevado. Consideramos importante incorporar o *Retrofit*, que tem o objetivo de revitalizar antigos edifícios, aumentando sua vida útil, por meio da incorporação de tecnologias e utilização de materiais mais avançados do ponto de vista da

sustentabilidade ambiental. Entretanto, ressaltamos a importância de introduzir progressivamente uma agenda de sustentabilidade nos programas habitacionais destinados à população de baixa renda. Destacamos a relevância do apoio ao uso de aquecimento solar no Programa Minha Casa, Minha Vida como uma primeira iniciativa dessa agenda. Conseqüentemente, outros itens de sustentabilidade, eficiência energética e uso racional de água devem ser incorporados nos novos programas destinados a reduzir o déficit habitacional no médio prazo. Foi consolidado também o consenso de que é necessário desenvolver todo o entorno das moradias, garantindo mobilidade urbana sustentável às pessoas e qualidade de vida, contribuindo, inclusive, para minorar o impacto sobre o sistema de saúde.

11. Incorporar princípios e ferramentas de construções sustentáveis nos projetos de urbanização de assentamentos precários e de renovação urbana;

12. Incorporar os princípios e conceitos de cidades sustentáveis nas 12 sedes da Copa do Mundo de 2014 e na sede da Olimpíada de 2016, enfatizando construções sustentáveis e o transporte coletivo de massa em substituição ao transporte individual visando reduzir a emissão de CO₂, melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida nas cidades;

13. Elaborar - sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e com a participação interministerial e dos órgãos estaduais e municipais das sedes da Copa do Mundo de 2014 - um Manual de Procedimentos Especiais para o licenciamento de obras e serviços que fazem parte da infraestrutura do evento;

14. Elaborar - com a participação dos órgãos de controle e fiscalização do Estado - um Regime Especial de Compras Governamentais nos editais de licitação visando a contratação de obras e serviços que integram a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, com orientações relacionadas ao emprego dos mais modernos conceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental;

15. Incorporar os princípios, conceitos e metodologias de cidades sustentáveis em municípios de capitais, em municípios com população superior a 300 mil habitantes e em municípios situados em regiões metropolitanas;

16. Promover a articulação entre os três níveis de Governo, o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas da União visando alterar a Lei 8.666 (Lei das Licitações) e sua regulamentação, objetivando assegurar a realização de compras e obras sustentáveis, preservando e aperfeiçoando os critérios de eficiência, economicidade, eficácia e transparência nas licitações governamentais;

17. Adotar políticas públicas para incentivar a transformação do mercado na direção das construções sustentáveis, por meio de instrumentos regulatórios (normas e códigos de edificações) e de crédito;

18. Incorporar aos novos projetos de habitação popular os princípios, metodologias e materiais de construção e de gestão de obras que utilizem critérios sustentáveis, abrangendo o entorno dos conjuntos residenciais;

19. Adotar critérios de construções ambientalmente sustentáveis nos financiamentos imobiliários oferecidos pelos bancos públicos, sugerindo, também, sua aplicação aos bancos privados;

20. Apoiar e incentivar ações de construção e reforma e a ampliação de edificações de instituições de ensino utilizando critérios sustentáveis e de eficiência energética, em todos os níveis de ensino e em todas as unidades da federação;

21. Apoiar a iniciativa do Ministério da Educação de oferecer a 10 mil escolas de ensino fundamental e outras 300 unidades de ensino médio, em 2010, por meio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), um conjunto de readequações ou reformas dos prédios escolares utilizando critérios de ecoeficiência energética e sustentabilidade;

22. Apoiar a iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social representada pela proposta de reforma de ministérios e construções de anexos dos prédios situados na Esplanada dos Ministérios, obedecendo todos os parâmetros e conceitos da construção sustentável³;

23. Adotar princípios e métodos de construções sustentáveis, eficiência energética e uso racional de água e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos na construção, reforma e ampliação de prédios públicos;

24. Disseminar e incentivar práticas de construção sustentável em todas as empresas públicas e privadas do país e também para mutirões, habitações sociais e autoconstruções;

C) Economia Verde e Empregos Verdes:

O processo atual de alteração das condições climáticas do planeta suscita debate e questionamento sobre a viabilidade do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na utilização intensa de combustíveis fósseis, energia não renovável e recursos naturais. Nesse contexto, considerando os impactos resultantes das mudanças do clima e o aquecimento global, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento dos países, alterando os padrões de produção, distribuição e consumo, transitando para uma economia verde, com baixa emissão de gases de efeito estufa.

Esta nova economia está baseada na consideração dos vínculos vitais entre economia, sociedade e meio ambiente, passando pela transformação de processos, modos de produção, distribuição e consumo, contribuindo para reduzir a utilização de recursos, energia e materiais, de modo a diversificar a economia, gerando ao mesmo tempo empregos verdes, promovendo o

³ No estágio atual a proposta se encontra em processo de avaliação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para viabilizar a licitação de uma Parceria Público-Privada (PPP) visando a recuperação dos dois prédios que estão sob sua responsabilidade, que poderá servir de referencial para os outros blocos e para outros prédios públicos. A proposta recebeu a denominação provisória de Esplanada Sustentável. Dada a importância e urgência de implementar essa proposta, estuda-se a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio da Empresa Brasileira de Projetos (EBP).

consumo sustentável e, até mesmo, reduzindo a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda.

Do diálogo desenvolvido no CDES, podemos concluir que a transição para uma economia verde é tema relevante para a agenda do Governo e da sociedade. Todavia, ficou claro, também, que a experiência brasileira nesses campos temáticos ainda é incipiente e que temos excelentes vantagens comparativas em relação ao resto do mundo, por conta da nossa liderança na produção e uso de biocombustíveis e por nossa dotação de recursos naturais e agroflorestais, entre outros exemplos. Portanto, é primordial multiplicar esses conceitos e promover ações efetivas em direção à expansão da economia verde e geração de empregos verdes (que têm como pressuposto básico o trabalho decente), principalmente na agricultura, serviços florestais e ambientais, construção civil, indústria de reciclagem e novas fontes de energia limpa e renovável.

25. Incentivar a formação de aglomerados produtivos sustentáveis (indústria, comércio e serviços) constituídos por agrupamentos estratégicos de empresas, em que os resíduos e a energia não utilizados possam ser reaproveitados gerando novos bens e serviços e contribuindo para a redução da emissão de resíduos e dos passivos ambientais;

26. Promover a ampliação da participação do transporte ferroviário e hidroviário na matriz de transportes do Brasil, a fim de reduzir os custos de transporte e diminuir o consumo de diesel e a emissão de CO₂;

27. Promover o aumento da participação do transporte dutoviário e de esteiras na matriz de transportes do Brasil, a fim de reduzir os custos de transporte e diminuir o consumo de diesel e emissão de CO₂, e também fortalecer medidas para reduzir distâncias entre fontes produtoras e consumidoras;

28. Intensificar os esforços na área de racionalização energética em transportes, sobretudo no que concerne a articulação entre o Programa Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural – CONPET/Petrobras e o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT do Ministério dos Transportes;

29. Incentivar a criação/expansão do mercado sustentável de eficiência energética no Brasil, adequando os marcos regulatórios e implantando mecanismos modernos de comercialização de eficiência energética, tais como leilões e certificados de energia conservada (certificados brancos);

30. Dar continuidade ao processo de incorporação de energias renováveis na matriz energética brasileira - especialmente o etanol e o biodiesel - e incentivar a cogeração de energia proveniente da biomassa;

31. Disseminar os conceitos e propostas de empregos verdes e construções sustentáveis no âmbito da administração pública, do setor privado, das entidades representativas dos trabalhadores, das instituições de ensino, das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação de massa;

32. Incorporar os empregos verdes na política de formação, qualificação e requalificação profissional e ainda na criação de novos negócios, pois a

experiência recente mostra que a economia verde gera novas oportunidades de emprego e renda, e as estatísticas revelam que o Brasil carece de mão-de-obra nas áreas de eficiência energética, construções sustentáveis e energias alternativas;

D) *Políticas para a Sustentabilidade e Eficiência Energética:*

As transformações propostas exigem fortes medidas de política pública e a criação e modificação de normas, leis e instituições para conferir segurança e solidez às novas ações de governo e às parcerias com a sociedade civil e o setor privado. Portanto, no entendimento do CDES, as políticas voltadas para a sustentabilidade e eficiência energética deverão constituir a plataforma para o lançamento de diversas ações governamentais que possibilitem o ambiente propício para a expansão das medidas necessárias às mudanças efetivas nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, em linha com as análises, recomendações e sugestões contidas neste relatório.

Além disso, deve-se ressaltar a importância de o governo empregar seu capital político para dialogar com o setor privado e a sociedade civil no sentido de remover óbices e dificuldades que possibilitem avançar no sentido de adoção de ações de promoção da eficiência energética e da sustentabilidade na esfera pública, que dependem do comprometimento de atores não governamentais.

33. Utilizar o poder de compra do governo para aquisição de bens e serviços com critérios de sustentabilidade, conferindo prioridade àqueles fabricados no Brasil;

34. Mobilizar permanentemente a sociedade brasileira no combate ao desperdício de energia, alimentos, água e recursos florestais, promovendo a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, por meio da educação formal e não formal e de campanhas publicitárias em diferentes mídias;

35. Ampliar o debate no governo e em todos os setores da sociedade brasileira sobre mobilidade urbana e qualidade de vida nas cidades, enfatizando a necessidade de incrementar o uso de transportes coletivos nas cidades brasileiras em substituição ao transporte individual e fomentar a construção de ciclovias;

36. Priorizar a eficiência energética e as energias limpas e renováveis na Política Nacional de Energia, de forma a avançar na sustentabilidade da matriz energética brasileira;

37. Instituir a Política Nacional de Eficiência Energética e criar um Conselho Nacional de Eficiência Energética, de caráter interministerial, para coordenar a implementação, monitoramento e avaliação desta Política;

38. Criar e implantar uma institucionalidade nova, devidamente preparada em termos técnicos, financeiros e materiais, que articule todas as agências federais, estaduais e municipais e seja um eixo propulsor das ações de apoio à inovação em eficiência energética e energias renováveis;

39. Implementar, até dezembro de 2009, o Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf, de forma a viabilizar as diretrizes, objetivos e metas do Plano Nacional de Energia – 2030;

40. Ampliar e fortalecer programas e projetos de eficiência energética e de construções sustentáveis nos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e em todos os níveis de governo (União, estados e municípios) tomando como referencial as experiências bem sucedidas em instituições de ensino federais e estaduais;

41. Adotar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira;

42. Negociar com o setor privado e com representantes dos consumidores a adoção compulsória da Etiqueta de Consumo Veicular;

43. Implementar ações de Certificação de Escolas Sustentáveis, com participação efetiva da comunidade escolar;

44. Universalizar, até 2015, o acesso à energia elétrica em todas as regiões do país, buscando incorporar mecanismos de construções sustentáveis e de autogeração de energia;

45. Universalizar o acesso à energia elétrica no sistema escolar e nas escolas, especialmente as situadas na área rural, em quilombolas e em aldeias indígenas;

E) Ampliação da participação da sociedade civil nos debates e fóruns sobre sustentabilidade, energia e mudanças do clima:

O quadro climático mundial atual é desafiante. Verifica-se com maior frequência a ocorrência de eventos extremos, como tempestades torrenciais e degelo de geleiras perenes. Considerando o fato de que os impactos da mudança do clima atingem, de forma mais intensa, a parcela da população mais desprovida de recursos, entendemos que a discussão não deve ser realizada apenas pelo governo, comunidade científica e organizações não governamentais.

A sociedade civil é um ator essencial no diálogo nacional e internacional sobre as mudanças do clima e sua participação em debates e fóruns sobre esse tema, bem como em temas correlatos, deve ser consideravelmente ampliada. As discussões e negociações recorrentes sinalizam que os países devem assumir responsabilidades (comuns, porém diferenciadas) no sentido de diminuir a emissão de gases de efeito estufa a partir da realização da COP – 15 na Dinamarca. Portanto, a ampliação da participação da sociedade deverá conferir robustez e perenidade às políticas adotadas e assegurar o controle social dos compromissos assumidos pelo governo, pelo setor privado e pela sociedade civil para enfrentar as mudanças do clima e mitigar os seus efeitos. Tudo isso sem causar prejuízos ao crescimento sustentável do país e a progressiva redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais.

46. Promover a participação ativa do CDES nas discussões para atualização do Plano Nacional de Mudanças Climáticas;

47. Ampliar o papel social das empresas de comunicação (TVs, rádios e jornais) na difusão de temas relacionados à sustentabilidade, educação ambiental e eficiência energética;

48. Incorporar a sustentabilidade e a eficiência energética na Política de Comunicação do Governo Federal;

49. Promover a inserção de novos atores econômicos e sociais nos Conselhos de Política Energética, Política Ambiental e no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.